

Promotoria de Justiça de Paracuru

RECOMENDAÇÃO Nº 0011/2023/PmJPRC

Inquérito Civil 06.2022.00000387-9

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**, através da Promotoria de Justiça de Paracuru, por seu órgão de execução ao fim subscrito, no uso das atribuições previstas na Constituição Federal, art. 127, caput, e art. 129, III e IX; na Lei Federal nº. 8.625/93, art. 27, caput, incisos I a IV, e seu parágrafo único, incisos I e IV, c/c art. 80; na Lei 7.347/85, art. 8º, § 1º; na Lei Complementar Estadual nº. 72/2008, art. 114, inciso IV, alínea “b”, art. 116, inciso I, alínea “b”, art. 117, inciso II, parágrafo único, alíneas “a” e “b”; na Resolução 036/2016/OECPJ, art. 27, parágrafo único;

CONSIDERANDO que o art. 127, caput, da Constituição Federal, preceitua que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público expedir recomendações visando à proteção de interesses difusos e coletivos, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (LC N.º 73/95, artigo 6º, e Lei N.º 8.625/93, artigo 80);

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso III, da Constituição Federal, prescreve que é função institucional do Ministério Público promover a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, nos termos do art. 5º, III, da LC n. 75/93 c/c art. 80 da Lei n. 8.625/93, zelar pela defesa do patrimônio público, promovendo a defesa da ordem jurídica em face de ilegitimidade ou irregularidade de qualquer natureza, visando resguardar a probidade da Administração Pública e a regularidade da guarda e do emprego dos bens, valores e dinheiro público, podendo, para tanto, prover as medidas necessárias ao efetivo respeito ao ordenamento jurídico;

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARACURU

Rua São João Evangelista, nº 525, Campo de Aviação – CEP: 62.680-000 – Paracuru/CE
Telefone (085) 3344 2411 - E-mail: prom.paracuru@mpce.mp.br

Promotoria de Justiça de Paracuru

CONSIDERANDO que, a teor do art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal 8.625/93, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (LONMP), cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes estaduais ou municipais e, no exercício dessas atribuições, promover Ações Cíveis Públicas, Inquérito Cível, Recomendações dirigidas a órgãos e entidades, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO que o art. 37, caput, da Constituição Federal, preceitua que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência;

CONSIDERANDO que o Administrador Público precisa ser eficiente, ou seja, deve ser aquele que produz o efeito desejado, que dá bom resultado, exercendo suas atividades sob o manto da igualdade de todos perante a lei, velando pela objetividade e imparcialidade;

CONSIDERANDO que a prática de nepotismo, caracterizada pela nomeação, contratação ou favorecimento de servidores públicos comissionados ou designação para função de confiança, com relação de parentesco vedada, no âmbito dos Poderes Municipais, quer no Legislativo, quer no Executivo, fere os princípios da impessoalidade e da moralidade.

CONSIDERANDO que o favorecimento de parentes pode configurar abuso de poder, capaz de causar enriquecimento ilícito, dano ao erário e atentado contra os princípios da administração, configurando, em tese, ato ilícito de improbidade administrativa passível de repressão na esfera judicial;

CONSIDERANDO o teor da Súmula Vinculante nº 13 editada pelo Supremo Tribunal Federal, vedando o nepotismo nos seguintes termos: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido

Promotoria de Justiça de Paracuru

em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”;

CONSIDERANDO que a vedação para que o ente público contrate empresa vinculada a cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, mesmo sob a égide da Lei nº 8.666/93, é compreendida pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal de Contas da União como um evidente e indesejado conflito de interesses e sob o enfoque da violação dos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade, proíbe-se mencionada contratação;

CONSIDERANDO que o art. 9.º, III, da Lei nº 8.666/93, que veda a participação de empresas que tenham sócios, dirigentes ou empregados que possuam parentesco com agentes públicos do órgão contratante, até o terceiro grau, incide sobre servidores públicos efetivos, temporários e comissionados, aplica-se, também, nas contratações diretas, inclusive nos credenciamentos mediante inexigibilidade de licitação.

CONSIDERANDO que a atual Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – regula a questão no art. 14, inciso IV, com mais precisão, estabelecendo que não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

CONSIDERANDO que a vedação constante no item anterior aplica-

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARACURU

Promotoria de Justiça de Paracuru

se à contratação de empresas dos referidos agentes públicos ou de seus cônjuges, companheiros ou parentes especificados acima, por meios de procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação, devendo-se pontuar que a vedação se aplica inclusive ao chamamento público ou credenciamento previsto no art. 6º, inciso XLIII, da Lei nº 14.133/21;

CONSIDERANDO a instauração do presente Inquérito Civil Público a partir da constatação de existência da prática de nepotismo no Poder Executivo do Município de Paracuru, em desconformidade com a Súmula Vinculante nº 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, violando o interesse público e afrontando os princípios norteadores da Administração Pública, notadamente, da impessoalidade e da moralidade.

RESOLVE:

RECOMENDAR ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Paracuru/CE, **WEMBLEY GOMES COSTA**, que:

A) **PROCEDA**, no prazo de 48 horas, à exoneração das pessoas mencionadas na lista anexa a esta Recomendação;

B) **PROCEDA** com a rescisão contratual e descredenciamento de todos os contratos firmados por inexigibilidade de licitação que se enquadrem na situação configuradora de nepotismo, nos termos da Súmula Vinculante 13, no prazo de 48 horas;

C) se **ABSTENHA**, em futuros processos de credenciamento e outros casos de inexigibilidade de licitação, de realizar contratação direta de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos da Súmula Vinculante 13 do STF.

Requisita-se a ampla publicidade a esta recomendação por meio de divulgação no portal da transparência do Município, prestando informações ao Ministério Público sobre as providências adotadas, no prazo de até 48 (horas), através do peticionamento eletrônico.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARACURU

Rua São João Evangelista, nº 525, Campo de Aviação – CEP: 62.680-000 – Paracuru/CE
Telefone (085) 3344 2411 - E-mail: prom.paracuru@mpce.mp.br

Promotoria de Justiça de Paracuru

No caso de não acatamento desta RECOMENDAÇÃO, o Ministério Público informa que poderá adotar as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive através do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

Adverte, outrossim, que a inércia em responder formalmente acerca do acatamento, ou não, da presente recomendação acarretará ao responsável pela omissão a responsabilidade penal constante no art. 10 da Lei 7347/85.

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências solicitadas, e poderá implicar a adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra o responsável inerte em face da violação dos dispositivos legais e direitos edireitos acima referidos.

Saliente-se desde já que o descumprimento da presente Recomendação Ministerial caracterizará o dolo em desrespeito à legislação acima mencionada, assim como poderá acarretar a propositura de ação civil pública.

COMUNIQUE o inteiro teor da presente recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público (CAODPP) para conhecimento, nos termos da Resolução 36/2016 - OECPJ, por meio do sistema informatizado SAJ-MP, bem como nos órgãos de imprensa da região (rádios/blogs/tvweb), para devida divulgação, após a notificação do destinatário.

ENCAMINHE-SE ao Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público (DOMPCE) para fins de publicação na forma de extrato.

CUMPRA-SE.

Paracuru, 14 de novembro de 2023.

Luiz Eduardo Mendes
Promotor de Justiça